



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

22/06/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Governo de SP dá início a estudos de privatização da Emae

O governo de São Paulo e consultores do Banco Genial realizaram nesta quarta-feira (21) a primeira reunião de trabalho para a elaboração dos estudos de pré-viabilidade e modelagem da privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), último ativo do setor elétrico sob controle do Estado paulista.

Os estudos envolvem a avaliação, estruturação e execução da alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo governo paulista na Emae. A Genial integra o Consórcio Nova Emae Genial, que venceu a licitação para avaliar e estruturar a operação de privatização da companhia.

A Emae é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Estado de São Paulo. Ela opera usinas hidrelétricas e termelétrica, barragens, represas, usinas elevatórias, além dos Canais Pinheiros e Guarapiranga e as Represas Billings e Guarapiranga, todos na Grande São Paulo. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 22 de junho.

INSS pode pagar revisão do artigo 29 para mais 148,5 mil benefícios

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) deixou de fora da revisão do artigo 29 ao menos 148.185 benefícios que não entraram no calendário pagamento entre 2013 e 2022. Conhecida também como revisão dos auxílios, a correção é devida porque, entre 2002 e 2009, o órgão errou ao pagar benefícios por incapacidade.

Na época, o INSS deixou de descartar as 20% menores contribuições no cálculo da média salarial dos trabalhadores, diminuindo o benefício final.

Os 148 mil foram informados à Justiça na ação civil pública que forçou o INSS a firmar acordo para reconhecer o erro e fazer o pagamento da revisão de forma administrativa. A ação foi movida pelo MPF (Ministério Público Federal) e pelo Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos) em 2012.

Segundo Tonia Galetti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi, desde que foi feito o acordo com o instituto, há dez anos, não havia uma forma de conferir se o pagamento estava sendo realizado a todos que tinham direito. Isso porque o INSS é quem detém os dados dos segurados e pode fazer a varredura.

Com isso, alguns segurados que não foram contemplados procuraram a Justiça, mas houve outros casos em que o pagamento não ocorreu nem de forma judicial nem administrativa. Na época do acordo, o instituto aceitou pagar a revisão por lotes anuais, levando em consideração a idade do segurado na época do acordo e se ele ainda estava recebendo ou não a renda.

O pagamento foi feito em dez anos e terminou em maio de 2022. Em nota, o instituto admitiu que 148.185 benefícios não tiveram a revisão processada "uma vez que apresentaram inconsistências na tentativa de processamento pelo sistema", por se tratar de benefícios considerados pelo órgão como mais complexos.

O INSS diz que pagará os valores, mas ainda está criando tarefas em seus sistemas para que os servidores do órgão façam a análise dos benefícios e possam confirmar o pagamento.

"Para os benefícios em que a revisão não foi possível ser processada via sistema, estão sendo criadas tarefas de revisão para serem analisadas pelos servidores do INSS", informa nota do instituto.

"Para os benefícios que tiveram a revisão processada, mas os valores não foram gerados, o segurado poderá solicitar o pagamento através do Meu INSS, em 'Solicitação de crédito não recebido', diz o INSS.

Tonia afirma que o Sindnapi foi à Justiça exigindo que o pagamento seja feito o quanto antes. "Eles [INSS] disseram que precisavam de um ano para conseguir pagar. A gente já fez uma petição dizendo que não concorda com esse prazo", afirma ela.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 22 de junho.

BC mantém taxa de juros em 13,75% e não sinaliza corte, apesar de pressão

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central voltou a ignorar a pressão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de empresários pela redução dos juros e manteve nesta quarta-feira (21) a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano, sem sinalizar um corte à frente. Em comunicado, a autoridade disse que o cenário demanda "cautela e parcimônia" e disse ser necessário "paciência e serenidade".

O colegiado do BC, porém, suavizou levemente o comunicado ao descartar a mensagem que falava sobre a possibilidade de voltar a elevar a Selic se o processo de desinflação não transcorresse como esperado. No encontro anterior, já havia baixado o tom nesse ponto ao afirmar que um eventual aperto monetário seria um cenário menos provável.

Sem falar em queda de juros, o BC disse que a conjuntura atual é caracterizada por um processo desinflacionário "que tende a ser mais lento" e por expectativas de inflação ainda preocupantes. Além disso, a autoridade monetária defendeu seu plano de voo ao dizer que "a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação".

Ao falar sobre os próximos movimentos, o Copom se limitou a dizer que as decisões dependem de diferentes variáveis.

"Os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto [margem que a atividade tem para crescer até atingir sua capacidade máxima] e do balanço de riscos."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 22 de junho.

Equipe econômica vê boicote do BC em decisão por manter juros

A equipe econômica reagiu mal à decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de manter a taxa de juros em 13,75% e interpretou o comunicado como um "boicote" ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem cobrado o corte na Selic para estimular a atividade econômica.

Havia uma expectativa de que o Banco Central adotasse uma mensagem mais suave no documento, abrindo a porta para uma possível flexibilização da política monetária já no mês de agosto —o que foi frustrado pelo texto divulgado pela autoridade monetária.

De acordo com relatos ouvidos pela Folha, membros do governo subiram o tom contra o Banco Central e seu presidente, Roberto Campos Neto —alvo preferencial das críticas do governo petista. Agora, já se fala em "declaração de guerra" por parte da autarquia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 22 de junho.

Homens ganhavam, em 2021, 16,3% a mais que mulheres, diz pesquisa

Os homens eram maioria entre os empregados por empresas e também tinham uma média salarial 16,3% maior que as mulheres em 2021, indica a pesquisa Cadastro Central de Empresas (Cempre), divulgada nesta quarta-feira (21), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo mostra que, naquele ano, os homens receberam, em média, R\$ 3.484,24, enquanto as mulheres, R\$ 2.995,07. O salário médio pago pelas empresas teve queda em 2021, passando de R\$ 3.353,07 para R\$ 3.266,53.

Apesar da desigualdade, o levantamento também sinalizou que a participação feminina no mercado de trabalho voltou a crescer, depois de ter recuado no primeiro ano da pandemia de covid-19 (2020). Em 2021, cresceu de 44,3% para 44,9%. Já os homens ocupavam 55,1% dos postos de trabalho nas empresas naquele ano.

A série histórica - iniciada em 2009 - evidencia um avanço gradual da participação feminina entre os funcionários das empresas. No primeiro ano da pesquisa, as mulheres ocupavam 41,9% das vagas, três pontos percentuais a menos.

Em 2021, o número de empresas e organizações contabilizado pelo estudo cresceu no país 5,8%, chegando a 5,7 milhões, e a quantidade de sócios e proprietários subiu 5,1%, somando 7,7 milhões.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 22 de junho.